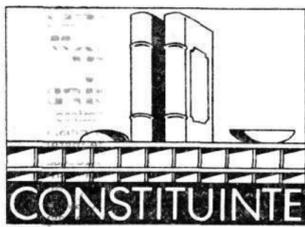


# Vitória total dos liberais na Economia



"Ganha quem tem voto, não quem berra mais", festejou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), depois que os constituintes derubaram todos os projetos do senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica. O primeiro projeto do relator a ser votado, sobre a reforma agrária, foi substituído pelo projeto liberal, de autoria do deputado Jorge Vianna (PMDB-BA). Depois da derrota, a maior parte dos

constituintes de esquerda abandonaram o plenário.

— Ganha quem tem votos, não quem berra mais, afirmou na tarde de ontem o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ao fim da votação do substitutivo liberal ao projeto de reforma agrária do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes. O projeto liberal, de autoria do deputado Jorge

Vianna (PMDB-BA), venceu por 39 votos a 16, com nove abstenções. Depois disso, a maior parte dos constituintes de esquerda componentes da Comissão abandonou o plenário.

Seguiram-se as votações dos cinco títulos sobre questão urbana e transportes e de princípios gerais, em que os projetos do grupo liberal obtiveram o dobro dos votos da esquerda, derrubando integralmente,

desta forma, o projeto do relator. Nas questões urbanas, os liberais venceram por 38 a cinco, com uma abstenção, aprovando substitutivo de José Ulisses. E, nas questões de princípios gerais da economia, foi aprovado substitutivo de Irapuan Costa Júnior, por 35 votos liberais contra sete da esquerda. Embora com seu relatório totalmente derrubado pelos substitutivos, o senador Severo Gomes permanece como relator da Comissão de Sistematização.

são e, nesta condição, integrante da Comissão de Sistematização.

O substitutivo dos princípios gerais da economia considera como empresa nacional "a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno".

## "Arrasar a esquerdinha burra"

O ambiente já era tenso na madrugada de ontem, quando os xiitas iniciaram sua estratégia para obstruir os trabalhos da Comissão de Ordem Econômica. Primeiro, não obedeceram à determinação de José Lins, presidente da Comissão, para que pessoas estranhas saíssem do plenário, reservado exclusivamente a deputados e jornalistas. Sem o menor constrangimento, o relator vindo na Subcomissão de Princípios Gerais, Virgildásio de Senna (PMDB-BA), apresentou uma reclamação formal de que a porta principal não estava aberta e que o relógio da sala não tinha ponteiros. Os xiitas sabiam que seriam derrotados, até por um simples cálculo. Os liberais já haviam conseguido o compromisso assinado por 34 dos 64 constituintes da comissão para votar em bloco contra o projeto do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), e aprovar três substitutivos. Isso eliminaria na prática toda possibilidade de aprovação de emendas do grupo contrário. "Não queremos ganhar, queremos arrasar com essa esquerdi-

nha burra e retrógrada", repetia o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Juntamente com Ulysses Guimarães, ele foi o autor da tática dos substitutivos. Já os deputados Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e Delfim Netto (PDS-SP) tentaram reeditar a prática do "rolo compressor", que deu aos liberais a vitória em quase todos os artigos na Subcomissão de Princípios Gerais. Para não haver divisão interna, foi adotada a proposta de Cardoso Alves.

A decisão de José Lins, permitindo a votação dos substitutivos antes do projeto do relator (o que, tecnicamente, eliminaria a possibilidade de emendas, com exceção das supressivas), foi seguida de ataques pessoais. Atendido por José Genoíno (PT-SP), o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, o acusou de ter denunciado os antigos companheiros de subversão à polícia. A discussão chegou próxima da troca de tapas. Haroldo Lima (PC do B-BA) estimulava os representantes dos trabalhadores rurais a se manifestarem contra o regimento. Imediatamente o grupo dirigiu-se ao presidente da comissão, chamando-o de fascista. As 24 horas, José Lins suspendeu a sessão por cinco minutos, depois de quase ser atingido por

cascas e restos de laranjas atirados sobre a mesa da presidência.

Tentando retomar os trabalhos, o presidente pediu ao deputado Hélio Duque (PMDB-PR) que lesse o substitutivo liberal. Um trabalho quase impossível, pois Haroldo Lima já havia arrancado um dos microfones da mesa. Duque protestou e depois desistiu quando outro microfone foi destruído. Foi designado então o deputado Jales Fontoura (PFL-GO) para continuar a leitura, no último microfone funcionando. Mas este também foi inutilizado por uma "tropa de choque" comandada por Aldo Arantes e Haroldo Lima.

O tumulto já era grande quando os xiitas tomaram o substitutivo das mãos do deputado Fontoura. O documento foi rasgado em meio a empurrões e tapas, que atingiram até mesmo o presidente da comissão, José Lins. Certo de que a ordem não seria restabelecida, ele suspendeu a sessão. Cardoso Alves e Afif Domingos apontaram o senador Mário Covas (PMDB-SP) como um dos principais responsáveis pela confusão. Segundo eles, o líder peemedebista na Constituinte chegou a negar convites para que os liberais distribuíssem a seus simpatizantes.



Depois do tapa de Arantes (de braços abertos), o tumulto

## Tapa, a arma dos xiitas vencidos

Presentindo a derrota de suas propostas, os xiitas decidiram engrossar: um tapa do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) no presidente da Comissão de Ordem Econômica, deputado José Lins (PFL-CE), na madrugada de ontem, suspendeu a votação do projeto do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Outro deputado do PC do B, Haroldo Lima (BA), arrancou o microfone, impedindo que fosse lido o substitutivo dos liberais.

Nas galerias, 500 proprietários rurais, liderados pelo presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, enfrentaram outros 500 trabalhadores rurais, arregimentados por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. "Assassino, assassino", gritaram os trabalhadores quando Caiado entrou nas galerias. "Vagabundo, vagabundo", responderam os agricultores. Na manhã de ontem, porém, o Congresso amanheceu calmo com a proibição do acesso do público às galerias do plenário da Câmara, a pedido do deputado José Lins. Mas nas comissões, continuava o clima de tensão.

# Na Comunicação, derrota da esquerda

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO  
Num clima de muitas vaias e impasse a Comissão da Família, da Educação e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação derrubou ontem, por 37 votos a 26, o relatório do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ). Inconformada com a derrota, a ala xiita da comissão quer obstruir a votação dos 747 destaques de emendas apresentados. Como o prazo para a entrega do relatório será encerrado amanhã, existe o risco de se elaborar um anteprojeto incompleto e esvaziado, as-

sim como ocorreu na Subcomissão de Reforma Agrária, aprovado com apenas dois artigos.

A galeria que acompanhou a votação do substitutivo do deputado Artur da Távola chegou, em determinado momento, a jogar dinheiro aos constituintes que votaram contra o relatório. No momento em que se definiu a derrubada da proposta do deputado fluminense, a assistência, em sua maioria partidária da ala xiita, gritava as seguintes frases: "diretas já" e "o povo vai saber da manobra de vocês". Com a impossibilidade de continuidade dos trabalhos, pelo clima de confusão crescente, o presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), optou por suspender a sessão.

## Apelo

Antes do início da votação, o relator da comissão chegou a fazer um apelo ao grupo dos religiosos, integrado por 13 parlamentares, para que tomasse cuidado ao votar contra o substitutivo, em função da composição com o chamado "grupo das comunicações", pois havia o risco de perda de tudo o que foi conquistado no capítulo da Família, do Menor e do Idoso, "pela falta de destaques para esses assuntos". Em outro apelo a parlamentares do PFL, Artur da Távola disse que, "para manter o privilégio na área das comunicações, iriam rejeitar também o pensamento liberal, que é uma bandeira desse partido, nos outros capítulos".

Um dos argumentos usados pela deputada Rita Furtado (PFL-RO), que votou contra o relatório, foi o fato de o deputado Artur da Távola não ter utilizado em seu parecer os pontos aprovados nas subcomissões. Destacou que "os pontos de vista das subcomissões não foram levados em conta e no relatório do Artur encontramos algumas emendas que foram derrubadas", referindo-se à do Conselho Nacional de Comunicação. Após a derrota do substitutivo, o relator desabafou: "Atribuo isso ao ministro das Comunicações".

Ao fazer a defesa do relatório de Artur da Távola, o deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) disse que "temos uma responsabilidade muito grande e seremos cobrados depois pela sociedade". No seu entender, na área da educação, o relatório apresentado "respondeu a tudo que desejávamos, pois, com mais de sete milhões de brasileiros fora das salas de aulas, só teremos liberdade de ensino se houver escolas públicas e gratuitas para todos. Além disso, a destinação de verbas públicas apenas para escolas públicas não acaba com o ensino privado". O impasse ocorrido na votação do substitutivo do deputado Artur da Távola foi apenas um exemplo da confusão que se instalou nos trabalhos da comissão. O início da votação estava previsto para antontem às 14 horas, e até o começo da tarde de ontem as obstruções não haviam permitido que os trabalhos fossem executados.

O deputado Pedro Canedo (PFL-GO) foi afastado definitivamente da comissão, em decorrência de despacho do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao senador Marcondes Gadelha, destacando que "não é admissível que o membro de uma bancada seja indicado para ocupar a vaga de outro partido na comissão à revelia de seu próprio líder". Como líder do PFL, José Lourenço não aceitou entrar em acordo com o PC do B (que dispunha da vaga), o deputado do PFL acabou ficando fora da votação. Ao comentar a atitude de Ulysses, o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), ressaltou que "a mudança de posição do deputado paulista, em menos de 24 horas, nos deixou perplexos".

## Lentidão preocupa Dornelles

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças aprovou na noite de antontem emenda do deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), que proíbe a transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. A votação das emendas e destaques começou às 20h30 de antontem, pelo capítulo do sistema financeiro, foi interrompida à 1 hora da manhã e retomada às 11 horas de ontem.

As 14 horas, os constituintes tinham aprovado apenas seis emendas, rejeitado 21 e retirado ou considerado prejudicadas outras 26. A lentidão da votação preocupava o presidente da comissão, Francisco Dornelles (PFL-RJ), que ontem já previa ser impossível cumprir o prazo estabelecido pelo regimento — até a meia-noite de segunda-feira — para a entrega dos relatórios finais. Como outras comissões também estão atrasadas, Dornelles espera que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, conceda uma prorrogação dos prazos.

As seis emendas aprovadas até ontem não chegam a modificar substancialmente o substitutivo do relator José Serra (PMDB-SP), aprovado previamente antontem à tarde. O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), conseguiu fazer aprovar emendas que transferem para o Congresso Nacional a atribuição de votar os limites e condições da dívida mobiliária e das operações de crédito interno e externo dos Estados e municípios, além de aprovar a nomeação e deliberar sobre a exoneração do presidente e da diretoria do Banco Central. Serra atribuiu essas funções apenas ao Senado, que representa em igualdade de condições os Estados da Federação.

## BANCOS ESTRANGEIROS

A comissão derrubou outras propostas de Gasparian e de outros constituintes, que restabeleciam a proibição do funcionamento de bancos de depósitos estrangeiros no Brasil e recriavam a comissão mista do sistema financeiro do Congresso, com poderes para sustar medidas do governo nas áreas de política monetária, de crédito e de câmbio. Essas propostas tinham sido aprovadas na Subcomissão do Sistema Financeiro. A comissão rejeitou também proposta do senador Roberto Campos (PDS-MT), que liberalizava por completo o câmbio, retirando da União a atribuição de administrar as reservas cambiais do País.

## Cai parecer contrário ao diploma

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO  
Por 36 votos contra cinco a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher rejeitou ontem o dispositivo do senador José Paulo Bisol, que dispensava a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. O texto de Bisol atingia todas as profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, entre as quais sociólogos, psicólogos, economistas e artistas. A postura inflexível de Bisol provocou protestos veementes dos jornalistas. O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, e o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Carlos Max Torres, alertaram que a aprovação do dispositivo poderia causar verdadeiro caos profissional.

Um dos temas mais polêmicos, a questão da orientação sexual — que segundo o grupo evangélico permitiria a liberalização do homossexualismo —, foi resolvido pacificamente, mas a expressão orientação sexual foi substituída por "comportamento sexual".

A discussão sobre o tema mais controverso da comissão, o direito de propriedade, foi adiada. O deputado Farabulini Júnior — ferrenho opositor de Bisol — disse que não poupará esforços para derrubar o dispositivo do senador. A votação dos destaques começou às 11 horas e o prazo para o encerramento dos trabalhos é à meia-noite de amanhã.

## A idade para votar continua sendo 18 anos

O mandato do presidente José Sarney continua fixado em cinco anos, conforme o que foi decidido ontem na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições. A idade mínima do eleitor brasileiro continua em 18 anos e voto permanece obrigatório — o PT tentou transformar o voto em facultativo, sem sucesso.

Estes itens representam uma derrota dos xiitas para os liberais. Na verdade, os xiitas só saíram vencedores na questão relativa à "organização de órgãos de vigilância, subordinados aos prefeitos municipais", em municípios com mais de cem mil habitantes. Foram mantidas, no entanto, as guardas municipais, como opção para prefeituras de todo o País, e a possibilidade de o Executivo declarar "estado de defesa", expressão que substitui as antigas medidas de emergência, ouvindo apenas o Conselho Constitucional, um colegiado criado pelo relator Prisco Viana, como paliativo ao Conselho de Segurança Nacional.

Apesar dos esforços em sentido contrário do PT, PC do B e PDT e de setores xiitas do PMDB, a Polícia Federal continuará responsável pela classificação e controle de divisões públicas. Essa vitória foi obtida apenas um voto de diferença (25 a 24) e um dos depoimentos mais contundentes foi feito pelo jornalista e constituinte Antônio Britto, que revelou estar a censura sendo exercida pela Polícia Civil.

## Já estão garantidos os cinco anos para Sarney

Os cinco anos de mandato do presidente Sarney e a implantação do regime parlamentarista nos termos propostos pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) estão garantidos na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. O grupo fiel ao presidente dispunha de maioria de cerca de dez votos para aprovar o destaque, cuja votação começou no final da tarde de ontem. Durante a madrugada, os grupos políticos representados na comissão chegaram a um acordo para votar o substitutivo do relator Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), acrescido de um aditivo com poucas alterações ao texto anterior.

A proposta do senador Fogaça teve apoio de todos os grupos da comissão, com poucas alterações em relação ao original. Ficou estabelecido que moção de censura será possível apenas em caráter coletivo, atingindo todo o Ministério e eliminando o privilégio que antes beneficiava os ministros militares, o chefe do Gabinete Civil e o ministro do Interior. Outra alteração aceita foi a elaboração de lista dupla, ao invés da triplíce, de onde será indicado pela Câmara o primeiro-ministro, após duas rejeições anteriores.

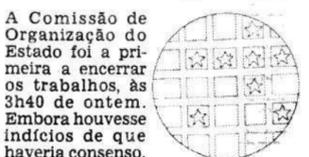
O relator Egidio Ferreira Lima reuniu-se no Prodasen até às 5 horas

## Organização do Estado, a mais rápida

A Comissão de Organização do Estado foi a primeira a encerrar os trabalhos, às 3h40 de ontem. Embora houvesse indícios de que haveria consenso, o relator, senador José Richa, foi vencido na questão essencial: a criação de cinco novos Estados — Tocantins, Tapajós, Maranhão do Sul, Santa Cruz e Triângulo — e a transformação dos Territórios de Amapá e Roraima em Estados. A sessão foi tranquila.

A comissão estabeleceu a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira para o Distrito Federal, deliberando por um governador distrital a ser eleito juntamente com o próximo presidente da República. Ao tratar da competência da União, Estados e municípios, a comissão fez algumas inovações — a principal delas é a que dá maiores poderes ao município, com a criação de julgados especiais. As organizações comunitárias terão assegurada a participação no planejamento e no processo decisório municipal. A grande preocupação política da comissão, contudo, reflete-se no artigo que diz que "todo o poder emana do povo e com ele será exercido, nos termos desta Constituição".

Egidio acatou as emendas do relator da Subcomissão do Poder Legislativo, José Jorge (PMDB-PE), deixando-o satisfeito. Entre elas estão a elaboração de leis por iniciativa popular, manutenção do voto proporcional, maioria de dois terços na Câmara ou Senado para emendas constitucionais, aprovação do orçamento financeiro do Executivo e convocação do primeiro-ministro só pelo plenário.



José Richa, relator

# Na Ordem Social, pausa para um acordo

A Comissão de Ordem Social suspendeu ontem mais uma vez os trabalhos de votação do substitutivo do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), para os partidos majoritários — o PMDB e o PFL, com 43 dos 64 participantes — chegarem a consenso nas matérias polêmicas. Estabilidade no emprego (uma das questões mais difíceis de toda a Constituinte), jornada de trabalho, direito à greve, aposentadoria, fundo de segurança, proibição de usinas nucleares e direitos das empregadas domésticas são os assuntos que levaram o presidente da comissão, deputado Edme Tavares

(PFL-PB), a aceitar o adiamento, para evitar "confrontos constrangedores" como os ocorridos antontem na Ordem Econômica, até com agressões físicas.

A Comissão de Ordem Social iniciou seus trabalhos na sexta-feira, às 17 horas, mas os suspendeu uma hora e meia depois, por falta de impressos, com os 764 destaques às emendas apresentadas ao substitutivo de Almir Gabriel. A sessão foi reaberta ontem com quase uma hora de atraso — às 9h55 — e novamente suspensa às 10h50. Os dois partidos majoritários deveriam reunir-se primeiro separadamente e depois em conjunto para buscar um acordo.

Mesmo antes da abertura da sessão na manhã de ontem, os constituintes de diversos partidos reuni-

ram-se na sala do deputado Ronan Tito (PMDB-MG) na tentativa de chegar ao consenso. A solução de momento: os pontos controversos seriam examinados no final, para garantir primeiro a aprovação do relatório, rejeitado por apenas sete dos 64 constituintes, os quais votaram "a favor com restrições".

Os constituintes da esquerda peemedebista esforçaram-se em que os demais integrantes do partido adotassem por voto o programa partidário. A ideia é aprovar na íntegra o texto do relator Almir Gabriel, já que, para concluir a redação do substitutivo e garantir os "avanços" na Comissão de Sistematização, o senador paraense se encontrou várias vezes com a cúpula do PMDB e com outros relatores.

O acordo pela aprovação inte-

gral do texto teria sido feito, segundo alguns parlamentares, nessas reuniões — uma delas, na casa do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Esses constituintes insistem no acordo pois garantiriam a passagem dos itens mais polêmicos para a Comissão de Sistematização.

A estabilidade no emprego — considerada "o divisor das águas" — poderá ser aprovada com alterações. Segundo o deputado Adilson Mota (PDS-RS), seu partido está disposto a aderir ao consenso, pois essa é "a solução mais civilizada".

O PT condiciona sua aprovação da estabilidade no emprego à alteração na aposentadoria. Os petistas querem redução do tempo de trabalho, como constava do texto original de Almir Gabriel.

CASAS PRÉ-FABRICADAS CHALES  
Fins Residência: 625 3.500 p.m. - Madeira Nobre - Garantia de 20 anos - Pronto Entrega qualquer parte do Brasil. Av. Ipiranga, 120 Fone: 259-6854 Arq. Casaj